



## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

### **REQUERIMENTO Nº DE 2015**

(Dos Srs. Major Olimpio e Pastor Eurico)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Defesa.

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, da Constituição Federal e artigos 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, para prestar esclarecimentos, de assuntos pertinentes a sua pasta, uma vez que é de conhecimento de todos os parlamentares que foi editado o Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, que delega competência do Presidente da República ao Ministro de Estado da Defesa para a edição de atos relativos a pessoal militar, com a inclusão do nome do Ministro da Defesa em exercício, sem o seu conhecimento e seu consentimento.

Requer também, que o Ministro da Defesa venha acompanhado pelo seu substituto, que estava interino no Comando da Defesa do Brasil, Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

### **JUSTIFICATIVA**

O Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que ocupava a vaga de Ministro da Defesa durante viagem do Ministro Jaques Wagner à China, afirmou: “O decreto não passou por mim. Meu nome apareceu (no Diário Oficial) só porque eu era ministro da Defesa interino. Não era do meu conhecimento”, afirmou o comandante da Marinha em entrevista ao Estadão.

O Decreto editado sem a consulta e a aquiescência da autoridade é ilegal e imoral, pois nenhum ato normativo que conste o nome do seu signatário pode ter validade se na sua formação a autoridade não tomou ciência e não autorizou a edição do mesmo.

Ressalta-se que todo ato administrativo tem como um de seus atributos a presunção de legitimidade até que haja prova em contrário, e a manifestação pública do Ministro da Defesa Interino, Almirante Eduardo Bacellar, é elemento de prova da ilegalidade do ato pois violou um dos requisitos formador do ato administrativo que vincula a administração na formação do ato, ou seja, a autoridade competente.

Assim sendo, faz-se necessária a convocação do Ministro de Estado da Defesa, para explicar esse ato.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

**MAJOR OLIMPIO  
DEPUTADO FEDERAL  
PDT/SP**

**PASTOR EURICO  
DEPUTADO FEDERAL  
PSB/PE**